

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

FRONTEIRA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ESCOLARES LTDA

ME

SANDRO FIUZA BORBA, brasileiro, natural de Central Santa Helena - Minas Gerais, Casado sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens, nascido aos 05 de Outubro de 1971, Empresário, Portador do CPF nº 990.492.526-72 e da Carteira de Identidade nº M-5.849.150, Expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, filho de Antonio Borba Filho e de Maria Neuza Fiúza Borba, residente e domiciliado a Rua Antonio Raposos, nº 95 CX 1, Bairro Bandeirantes em Contagem Minas Gerais, CEP - 32.240-390.

ELIANE MEIRE BATISTA FIUZA BORBA, brasileira, natural de Belo Horizonte - MG, Casada sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens, nascida em 17/02/1975, Empresaria, Portadora do CPF nº 971.062.916-68 e da Carteira de Identidade nº MG-7.136.319, Expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, filha de João Batista Clementino e de Zilda Meire Batista, residente e domiciliada a Rua Antonio Raposos, nº 95 CX 1 - Bairro Bandeirantes em Contagem - Minas Gerais, CEP 32.240-390. *eliane*

Únicos sócios componentes da Sociedade Empresária Limitada **FRONTEIRA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ESCOLARES LTDA ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.522.396/0001-37, estabelecida na Rua Antonio Raposos, nº 95, Bairro Bandeirantes em Contagem - Minas Gerais, CEP: 32.265-100, com Contrato Social de Constituição de Sociedade devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 3120459968-2 em sessão de 15/02/1995 e Alteração Posterior nº 1836003 em sessão de 22/11/1999, e alteração nº 4377389 em sessão 22/07/2010 resolvem modificar o seu contrato social consolidando ao que se segue e devendo esta ser arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, conforme artigo 1150 do CC/2002.

1. DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do objeto social

A Sociedade tinha como Objetivo Social o **Comercio de Produtos Eletrônicos (Retro-projetores, Tela Elétrica, Projetor Multimídia, Computadores, Impressoras); Materiais para Laboratório (Vidraria, Reagentes, Conjuntos Anatômicos, Microscópio e outros Correlatos); Material Didático para Escolas, Moveis Escolares, Papelaria, bem como a Prestação de Serviços de Manutenção e Reforma de Moveis e Equipamentos**, sendo que a partir da presente Alteração Contratual passará a possuir o Objetivo Social de **Comercio de Produtos Eletrônicos e Correlatos, Materiais para laboratório e correlatos, Material Didático e Correlatos, Moveis Escolares, Papelaria, Material Esportivo e Correlatos, Instrumentos Musicais e correlatos e a prestação de Serviços de Manutenção e Reformas de Moveis e Equipamentos, Construção Civil e Reformas em Geral.**

Parágrafo Primeiro

A sede da Empresa servirá apenas como **Escritório Administrativo (Escritório de Contatos)**, sendo seus serviços e vendas executados fora do Estabelecimento, por telefone e Internet

2. DA CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

Em virtude do que se segue especificado, pactuado e contratado, decidem os sócios quotistas, **REFORMULAR e CONSOLIDAR** as Alterações contratuais havidas, passando então a vigorar para

todos os efeitos Legais, como regulador único de suas atividades sociais, o seguinte instrumento Contratual.

CLÁUSULA PRIMEIRA **Da Denominação Social**

A sociedade adota como nome empresarial, a denominação social de **FRONTEIRA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ESCOLARES LTDA – ME** e adota como nome fantasia **FRONTEIRA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ESCOLARES**.

CLÁUSULA SEGUNDA **Da Sede**

A sociedade tem sua sede estabelecida na cidade de Contagem - Minas Gerais, a **Rua Antônio Raposos, nº 95, Bairro Bandeirantes em Contagem - MG CEP: 32.240-390** podendo estabelecer filiais, agências ou sucursais em qualquer ponto do território nacional, bem como participar em outras sociedades, obedecendo às disposições legais vigentes.

Parágrafo Primeiro

A sede da Empresa servirá apenas como **Escritório Administrativo (Escritório de Contatos)**, sendo seus serviços e vendas executados fora do Estabelecimento, por telefone e Internet.

CLÁUSULA TERCEIRA **Do Objetivo Social**

Comercio de Produtos Eletrônicos e Correlatos, Materiais para laboratório e correlatos, Material Didático e Correlatos, Moveis Escolares, Papelaria, Meterial Esportivo e Correlatos, Instrumentos Musicais e correlatos e a prestação de Serviços de Manutenção e Réformas de Maveis e Equipamentos, Construção Civil e Reformas em Geral.

CLÁUSULA QUARTA **Do Capital Social**

O Capital Social é de **R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais) dividido em 1.000 (Mil) Quotas de Valor Unitário de R\$ 5,00 (Cinco Reais)**, cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país e assim distribuídos aos sócios da seguinte forma:

DISCRIMINAÇÃO DOS SÓCIOS	DIST.QUOTAS	VLR EM R\$	PARTICIP (%)
ELIANE MEIRE BATISTA FIUZA BORBA	990	R\$ 4.950,00	99,00
SANDRO FIUZA BORBA	10	R\$ 50,00	1,00
TOTAL	1.000	R\$ 5.000,00	100,00

Parágrafo Primeiro

Os sócios declaram que sua responsabilidade será restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme artigo 1052, CC/2002.

CLÁUSULA QUINTA **Do Início e Prazo de Duração**

O início das atividades se deu em 15/02/1995 e seu prazo de duração é indeterminado

PARAGRAFO PRIMEIRO **Do Exercício Social**

O exercício social coincidirá com o ano civil encerrando-se em 31 de Dezembro de cada ano. Ao termino de cada exercício social em 31 de Dezembro, o administrador prestara contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventario, do balanço patrimonial e do balanço

de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados art. 1.065, CC/2002).

CLÁUSULA SEXTA **Da Administração da Sociedade**

A administração da sociedade será exercida pelos Sócios **SANDRO FIUZA BORBA e ELIANE MEIRE BATISTA FIUZA BORBA** com poderes e atribuições de Administradores e de uso da denominação em todos os atos e operações relativas à sociedade, que assinarão **EM CONJUNTO OU ISOLADAMENTE**, tais como, representa-la em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, assinar contratos e distratos por instrumento público ou particular, assinar títulos e papéis bancários em geral, letras de câmbio, duplicatas, cheques, endossos, receber e dar quitação, sendo-lhe expressamente vedado o uso da razão social em negócios ou papéis de qualquer natureza alheios à sociedade ou a seus fins sociais, assim como: endossos, fianças ou avais conforme artigos 997, VI, 1015 e 1064, CC/2002.

Parágrafo único

Os administradores não poderão onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização expressa dos demais sócios.

CLÁUSULA SETIMA **Da transferência de quotas**

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento de todos os sócios, a ser deliberado em reunião para esta finalidade, ficando assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA OITAVA **Das deliberações dos sócios**

As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião para:

- I – a aprovação das contas da administração;
- II – a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- III – a destituição dos administradores;
- IV – o modo de sua remuneração, quando não estabelecido em contrato;
- V – a modificação do contrato social;
- VI – a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- VII – a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;;
- VIII – A pedido de Recuperação Judicial, conforme prevê Lei nº 11.101./2005
- IX – abertura de filial.

Parágrafo primeiro

O administrador deverá convocar a reunião anual para apresentação das contas até o último dia útil do mês de abril do ano seguinte ao do término do exercício, podendo desta participar.

Parágrafo segundo

As deliberações em reunião poderão ser tomadas a qualquer tempo pelos votos correspondentes a mais da metade do capital nas situações previstas nos incisos II, III, IV e VIII desta cláusula.

Parágrafo terceiro

Dispensam-se as formalidades de convocação previstas no § 3º do art. 1152 do CC, vigente a partir de 11/01/2003, quando todos os sócios comparecem ou se declarem, por escrito, cientes do local. Data, hora e ordem do dia.

Parágrafo quarto

A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito sobre a matéria que seria objeto delas.

Parágrafo quinto

No caso do inciso VIII desta cláusula, os administradores, se houver urgência e com autorização de titulares de mais da metade do capital social, podem requerer concordata preventiva.

Parágrafo sexto

As deliberações tomadas de conformidade com a lei e este contrato vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

Parágrafo sétimo

A reunião também poderá ser convocada por sócio, quando o administrador retardar a convocação, por mais de sessenta dias da reunião ou por titulares de mais de um quinto do capital, quando não atendido, no prazo de oito dias, pedido de convocação fundamentado, com indicação das matérias a serem tratadas na ordem do dia.

Parágrafo oitavo

A assembléia dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de, no mínimo, três quartos do capital social, e, em segunda, com qualquer número.

Parágrafo nono

O sócio pode ser representado na assembléia por outro sócio, ou por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados, devendo o instrumento ser levado a registro juntamente com a ata.

Parágrafo décimo

Nenhum sócio, por si ou na condição de mandatário, pode votar matéria que lhe diga respeito diretamente.

Parágrafo décimo primeiro

A reunião será presidida e secretariada por sócios escolhidos entre os presente, que após os trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas da reunião, e assinada pelos membros da mesa e por sócios participantes, quantos bastem à validade das deliberações, mas sem prejuízo dos que queiram assina-la.

Parágrafo décimo segundo

Cópia autenticada pelos administradores, ou pela mesa, será, nos vinte dias subseqüentes à reunião, apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis para arquivamento e averbação ao sócio, que a solicitar, será entregue cópia.

Parágrafo décimo terceiro

As deliberações dos sócios serão tomadas:

I – pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do Capital Social, nos casos previstos nos incisos V e VI desta cláusula;

II – pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social, nos casos previstos nos II, III, IV e VIII desta cláusula;

III – pela maioria de votos dos presentes, nos demais casos previstos neste contrato, se este não exigir maioria mais elevado.

Parágrafo décimo quarto

Quando houver modificação do contrato, fusão da sociedade, incorporação de outro, ou dela por outra, terá o sócio que dissentiu o direito de retirar-se da sociedade, nos trinta dias subseqüentes à reunião, aplicando-se o disposto nos parágrafos terceiro a sexto da cláusula nona.

Parágrafo décimo quinto

A aprovação, sem reserva, do balanço patrimonial e do de resultado econômico, salvo erro, dolo ou simulação, exonera de responsabilidade os membros da administração e, se houver, os do conselho fiscal.

Parágrafo décimo sexto

As deliberações infringentes deste contrato ou da lei tornam ilimitada a responsabilidade dos que expressamente as aprovaram.

é nome

Parágrafo décimo sétimo

As deliberações constantes desta cláusula e seus parágrafos são facultativas, tornando-se obrigatórias, quando a sociedade estiver de conformidade com o art. 1072, §1º CC/2002.

CLÁUSULA NONA

Da interdição, falecimento ou retirada

Nos casos de falecimento, retirada ou interdição, a sociedade poderá continuar suas atividades observando-se o disposto nos parágrafos desta cláusula e na cláusula décima sexta.

Parágrafo primeiro

No caso de interdição de sócio, o mesmo será representado na sociedade pelo Curador Judicial nomeado no Processo de Interdição nos termos da Legislação Civil.

Parágrafo segundo

Em caso de falecimento, os herdeiros indicarão quem irá representa-los na sociedade, podendo, inclusive, ser um dos sócios remanescentes, e desde que seja aprovada, em reunião, a sua nomeação.

Parágrafo terceiro

Não havendo interesse dos herdeiros na participação social ou, no caso de sócios discordantes/excluídos e retirantes, os sócios remanescentes terão direito à aquisição das quotas do sócio falecido, cujo valor deverá ser calculado sobre o percentual da respectiva quota social, com base no valor contábil do patrimônio líquido, à época, levando-se em conta o valor total do negócio social e não apenas o fundo de comércio.

Parágrafo quarto

O pagamento dos direitos dos herdeiros e sócios discordantes/excluídos e retirantes poderá ser efetuado em até 24 (vinte e quatro) meses ou em 04 (quatro) parcelas semestrais de acordo com o que melhor convier à sociedade, devendo, no entanto, serem atualizadas os valores das prestações, nos termos da legislação em vigor à época, sendo o vencimento da primeira parcela no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a resolução.

Parágrafo quinto

No levantamento dos haveres dos herdeiros e sócios discordantes/excluídos e retirantes ficam sujeitos às prestações correspondentes às quotas e lucros respectivos, na parte em que essas prestações forem necessárias para pagamento das obrigações contraídas, até a data da resolução.

Parágrafo sexto

Qualquer sócio pode se retirar espontaneamente da sociedade observado o que dispõe a cláusula sétima, devendo o sócio retirante comunicar sua decisão sessenta dias antes de sua resolução. Neste caso, será realizada uma reunião em até trinta dias para deliberar sobre a forma de sua retirada, observando-se que a apuração e restituição de seus direitos será feita nos termos dos parágrafos terceiro a quinto desta cláusula.

CLÁUSULA DECIMA

Da exclusão de sócio

Os sócios são obrigados, na forma e prazo previstos, às contribuições estabelecidas neste contrato social, e aquele que deixar de fazê-lo, nos trinta dias seguintes ao da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo dano emergente da mora.

Parágrafo primeiro

Verificada a mora, poderá a maioria dos demais sócios preferir, à indenização, a exclusão do sócio remisso, ou reduzir-lhe a quota ao montante já realizado, aplicando-se em ambos os casos, a redução de capital, conforme §1º do art 1031 do CC/2002.

Parágrafo segundo

Quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade por justa causa, pelos seguintes motivos:

I – atentado ao patrimônio da sociedade, com prejuízo real para a sociedade e seus sócios;

II – atos de desonestidade, fraude ou má fé;

III – condenação criminal;

IV – embriaguez habitual em serviço;

V – abandono de suas funções sem justificativa;

VI por iniciativa da maioria dos demais sócios por falta grave no cumprimento de suas obrigações, ou, ainda, por incapacidade superveniente.

Parágrafo terceiro

Efetuada o registro da alteração contratual, aplicar-se-ão o disposto nos parágrafos terceiro a quinto da cláusula nona para apuração de seus direitos.

CLÁUSULA DECIMA - PRIMEIRA **Do conselho fiscal**

Sem prejuízo dos poderes da reunião dos sócios, podem os sócios deliberar sobre a instituição do conselho fiscal, que será composto de três ou mais membros e respectivos suplentes, sócios ou não, residentes no País, eleitos na reunião anual prevista no parágrafo primeiro da cláusula oitava, observando-se as normas previstas nos artigos 1066 a 1070 do CC2002.

CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA **Da retirada mensal**

Os sócios poderão, de comum acordo, desde que decidido na reunião anual, fixar uma retirada mensal, a título de prolabore, para os administradores sócios e não sócios, inclusive os membros do conselho fiscal, se houver, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - TERCEIRA **Da declaração de não impedimento**

Os sócios administradores e os não administradores, declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a atividade empresarial, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, nos termos do artigo 1011, §1º do CC/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA - QUARTA **Do aumento ou redução de capital**

Aos aumentos ou reduções de capital serão aplicadas as disposições dos artigos 1081 a 1084 do CC/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA - QUINTA **Das filiais**

A sociedade poderá abrir e manter filiais, agências ou escritórios em qualquer parte do território nacional, atribuindo-lhes capital nominal que julgar útil e necessário ao fim colimado, parcela esta que destacará de seu próprio capital, para efeitos fiscais.

Parágrafo único

As filiais, agências ou escritórios serão extintos na hipótese de extinção do estabelecimento sede, ou por decisão dos sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA - SEXTA
Da dissolução da sociedade

Dissolve-se a sociedade quando ocorrer:

- I – o vencimento do prazo de duração, caso seja ele previsto, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado;
- II – o consenso unânime dos sócios;
- III – a deliberação dos sócios por maioria absoluta;
- IV – a falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias;
- V – a extinção, na forma da lei, de autorização para funcionar;
- VI – por deliberação dos demais sócios quando ocorrer o falecimento ou retirada de qualquer deles.

Parágrafo único

Na liquidação deverá ser o liquidante, o sócios que detiver o maior percentual sobre o capital total da sociedade, ou aquele que a sociedade eleger, podendo ser ele sócio ou não da presente, observado o disposto na cláusula oitava deste contrato, conforme artigo 1038 do CC/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA - SETIMA
Do foro

Fica eleito o foro do município da sede desta empresa para dirimir quaisquer dúvidas sobre o exercício e o cumprimento dos direitos e das obrigações resultantes desta Alteração, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Parágrafo único


Os casos omissos neste instrumento serão resolvidos de conformidade com as disposições legais aplicáveis, com regência supletiva às normas da sociedade anônima, conforme Lei 6.404, de 1.976.

E assim, por estarem justos e contratados assinam o presente instrumento em 3 vias de igual teor e forma para os efeitos neste presente.

Contagem, 20 de Julho de 2012



SANDRO FIUZA BORBA
SOCIO ADMINISTRADOR



ELIANE MEIRE BATISTA FIUZA BORBA
SOCIA ADMINISTRADORA

